

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação

**A DIVERSIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR:
A Homofobia na Escola**

GENY MARTINS MIGUEL

Belo Horizonte

Fevereiro/2016

GENY MARTINS MIGUEL

**A DIVERSIDADE NO COTIDIANO ESCOLA:
A homofobia na escola.**

Monografia executada como requisito parcial para obtenção de título especialista no Curso de Especialização: Curso de Especialização: Gênero e Diversidade na Escola. - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania – LGBT

Orientadora: Nádia Languardia

Belo Horizonte
Fevereiro/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação

GENY MARTINS MIGUEL

**A DIVERSIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR:
A homofobia na escola.**

Banca Examinadora:

Prof^a. Orientadora:

Nádia Languardia

Prof. Tutor:

Alberto Mesaque

Belo Horizonte

Fevereiro/2016

Dedico

à minha filha, pelo incentivo para
mais essa realização.

*Tenho amigos para saber quem sou.
Pois os vendo loucos e santos, bobos e sérios,
Crianças e velhos, nunca me esquecerei
De que "normalidade" é uma ilusão
Imbecil estéril.*

Oscar Wilde

RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre as relações de bullying homofóbico no cotidiano da Escola utilizando a pesquisa bibliográfica sobre o tema. Para fazer esta discussão, aborda as políticas públicas inclusivas, analisa a diversidade cultural e as bases dos preconceitos e das segregações nas escolas, conceitua e diferencia os tipos de bullying e apresenta uma reflexão crítica sobre o contexto escolar. Esta pesquisa visa, finalmente, dar suporte a um plano de ação para a prevenção e a mediação do preconceito existente na escola a questão da homofobia..

Palavras-chave: Homofobia, Bullying, Preconceito, Diversidade Sexual, Políticas Públicas.

SUMÁRIO

	Pág.
1 INTRODUÇÃO	8
2 POLÍTICAS PUBLICAS EDUCACIONAIS.....	10
3 DIVERSIDADE NA ESCOLA	16
A HOMOFOBIA NA ESCOLA	23
5 MEDIAÇÃO DO PROFESSOR	32
6 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho surgiu a partir dos conflitos que precisamos mediar com os estudantes das Oficinas do Programa Mais Educação – Escola Integral (PME). Este Programa foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. O Programa Mais Educação é a construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo tanto para a diminuição das desigualdades educacionais quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira.

No Programa Mais Educação da E. M. Maria Silva Lucas – CAIC, que situa na Rua Nova Bragança no Bairro Novo Progresso em Contagem – Minas Gerais, desenvolvemos dentre outras Oficinas a Oficina Cidadã, que é uma roda de conversa para tratar de assuntos referentes às atitudes observadas na escola ou em outras oficinas que estariam tomando um caminho complicado de convivência entre as diversas faixas etárias. Percebemos relações de preconceito mais evidentes nos casos de orientação sexual, étnico-raciais, características físicas marcantes e deficiência.

Esta oficina foi criada para que pudéssemos conhecer os nossos estudantes e ajudá-los em suas dificuldades de interação social, mediando os conflitos existentes. A partir desta oficina criou-se um laço de confiabilidade entre o coordenador da roda de conversa e os jovens, que falaram dos seus sofrimentos, anseios, dúvidas e desejos. Fomos desenvolvendo a oficina através de leituras sobre o tema da diversidade, em todas as suas categorias. Após as leituras, eram promovidos momentos de discussão na roda sobre o assunto do dia. Começamos com livros de temáticas sobre as diferenças entre as pessoas, de gêneros, de etnia, de religião e de desejos. Utilizamos também vários filmes para introduzir as discussões. Como efeitos da roda de conversa, observamos a melhora no comportamento dos jovens e o retorno da alegria por estarem juntos. Os apelidos e as ofensas foram diminuindo e a convivência entre eles melhorou. Seguimos com essa oficina até ao final do ano de 2015.

Ao avaliar o trabalho da oficina, observamos a necessidade de se criar um grupo de estudos com o objetivo de construir e implementar um projeto capaz de abranger a escola em todos os seus segmentos. Buscamos promover a discussão sobre a importância da escola como um espaço para a construção de práticas sociais. Nesse espaço, consideramos que é possível compreender, discutir e mudar as concepções sobre os fenômenos sociais a partir do acesso ao conhecimento. Assim, acreditamos que devemos nos instrumentalizar para compreender e enfrentar as diferentes formas de discriminação e exclusão social de uma sociedade que se constituiu historicamente como masculina, lesbofóbica, homofóbica, transfóbica e racista, marcada pela exclusão social. O que ficou mais evidente e emergente nas relações cotidianas da nossa escola foi a homofobia.

Portanto, buscamos conhecer e aprender sobre a diversidade humana que convive na Escola, considerando o bullying como um fator de violência e as discriminações como violações dos direitos humanos. Mostramos a necessidade de aprender a conviver com as diferenças no ambiente escolar. O bullying é uma linguagem comum na educação, apesar dele ser amplo, e quando se trata de homofobia é preconceito puro e simples.

Contudo, ainda temos pela frente o grande desafio de garantir melhores condições de trabalho e de formação na escola, bem como construir valores direcionados para a redução do sexismo, do preconceito de gênero, da homofobia e da heteronormatividade.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As Políticas Públicas trazem a concepção globalizante da gestão pública sobre problemas sociais setoriais, onde o Estado é reconhecido como o local de reconhecimento, debate e resolução dos problemas existentes em uma determinada sociedade. As políticas públicas visam à identificação, o planejamento e a solução destes problemas através de uma ação estratégica que envolva a sociedade e o Estado.

Dentre as políticas governamentais brasileiras a educação está à frente, especificamente a partir da década de 1990, quando houve um fortalecimento dos discursos e propostas com a intenção de garantir educação para todos, de acordo com os compromissos firmados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), quais sejam: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazem o tema da Orientação Sexual como transversal. Ele está dividido em três eixos: em primeiro lugar, o corpo humano: matriz da sexualidade, abordando questões relacionadas ao organismo, ao corpo e a assuntos relacionados e integrados a este, tais como: sentimentos, sensações, dimensões psicológicas, biológicas e sociais; em segundo lugar, as relações de gênero, trazendo discussões sobre sexo e gênero e a construção das identidades masculina e feminina; e, em terceiro lugar, a prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/Aids), abordando a importância de se sensibilizar os/as jovens sobre os diversos tipos de DST e principalmente, da Aids e dos seus mecanismos de prevenção (BRASIL, 1997 – vol. 10).

O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II - 2002) tem o objetivo de garantir o direito à liberdade, à liberdade de expressão, de crença e culto e de orientação sexual. Ele apoia uma emenda à Constituição Federal que inclui a garantia do direito à livre orientação sexual e a proibição da discriminação por orientação sexual, a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a inclusão nos censos demográficos e nas pesquisas oficiais dados relativos à orientação sexual (BRASIL, 2002).

Em 2003, o governo do Brasil apresentou uma resolução à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas denominada Orientação Sexual e Direitos Humanos reconhecendo a diversidade de orientação sexual como um direito humano. No ano seguinte foi criado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), sendo que uma de suas metas é a promoção de ações no processo educacional para a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

Em 2004, foi criado o Programa Brasil sem Homofobia (PBSH) com as seguintes metas: elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero; fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores/as na área da sexualidade; entre outras.

O Programa Brasil sem Homofobia é bastante abrangente e define como atores para a sua implantação o setor público, o setor privado e a sociedade brasileira como um todo. Instâncias essas que podem somar esforços na luta contra a discriminação por orientação sexual. Apesar de o Programa ter a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como órgão responsável pela sua articulação, implantação e avaliação, a responsabilidade pelo combate à homofobia e pela promoção da cidadania de gays, lésbicas e transgêneros se estende a todos os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, assim como ao conjunto da sociedade brasileira. (BRASIL, 2004. P27)

Ainda em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado para a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

O Plano Plurianual - PPA 2004-2007 definiu, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Assim a Secretaria Especial de Direitos Humanos lança o “Brasil Sem Homofobia” - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania

Homossexual, com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais.

O Programa abrange várias ações: apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT.

Este Programa tem como princípios:

- A inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas por seus diferentes Ministérios e Secretarias.

- A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual.

- A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) foi criado em 2006 com o intuito de fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos/as trabalhadores/as da educação básica para lidar criticamente com esses temas.

O MEC publica o Decreto 6.286/2007 instituindo o Programa Saúde na Escola (PSE), tendo como finalidade “contribuir para a formação integral dos

estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde” (BRASIL, 2007, p.1). Algumas das ações desse programa são: promover a saúde sexual e reprodutiva e a cultura da prevenção no âmbito escolar; e incluir temáticas de educação em saúde no projeto político pedagógico das escolas. O PSE propõe a articulação entre os Ministérios da Educação e da Saúde, assim como das secretarias municipais e estaduais de Educação e de Saúde para desenvolvimento das ações propostas.

O MEC publica em 2010 a proposta de um Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020. Apontando diretrizes e metas a serem alcançadas e estratégias a serem seguidas.

A 3ª meta do PNE é “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, destes”. Uma das estratégias para atingir esta meta é “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (BRASIL, 2010, p.6).

Partindo do princípio de que a Educação Escolar precisa educar para a cidadania e que esta precisa englobar todas as esferas do conhecimento, faz-se necessário, então, incluir nos currículos escolares os conhecimentos relacionados à sexualidade, pois, só assim, a formação do cidadão se dará por completo.

O curso Gênero e Diversidade na Escola - GDE faz parte destas políticas públicas que tem o compromisso de promover uma cultura de respeito, visando garantir os direitos humanos, promover a equidade étnico-racial e de gênero, e principalmente, no que cabe a este trabalho, valorizar a diversidade através da formação continuada de professores e professoras.

O GDE é uma política pública que trabalha com as possibilidades existentes na escola, ou seja, com o que se é possível fazer, pois este espaço abriga grande diversidade, apesar de ser produto de uma trajetória normalizadora e homogeneizadora. Ele oferece novos conceitos, argumentos, critérios e informações para a percepção da realidade social e escolar diversificada, instrumentalizando os profissionais da escola para a prevenção e o enfrentamento dessa situação de discriminação das diferenças. Ele busca ainda colocar em

debate as atitudes pedagógicas e as ações que promovam, reconheçam e valorizem a diversidade e toda a sua forma de expressão no ambiente escolar.

O curso GDE é nacional, executado por instituições de ensino superior (IES) e resultado de uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), a Secretaria de Educação à Distância (SEED/MEC), o British Council e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CLAM/UERJ). Ele é oferecido por meio de edital da SECAD/MEC para todas as IES do Brasil interessadas em ofertá-lo pelo sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O GDE integra a Rede de Educação para a Diversidade do Ministério da Educação que oferta um programa de cursos para a formação de professoras/es na temática da diversidade. Presente em todas as regiões do Brasil, o GDE já ofertou mais de 30 mil vagas para professoras/es da educação básica brasileira. O financiamento de todas as ações de execução da política vem do MEC – Governo Federal - e o órgão executor é a Universidade e/ou suas parceiras.

Portanto, existe uma gama de documentos oficiais que fomentam os encaminhamentos na área de Políticas Públicas Educacionais no campo da sexualidade. Esses documentos apontam diretrizes, metas e estratégias a serem seguidas com o intuito de visibilizar a diversidade sexual, promover a equidade sexual e de gênero, melhorar a qualidade da educação e da saúde dos/as jovens através da implementação de programas que promovam a Educação em Saúde e a Educação sexual, fomentar cursos de formação inicial e continuada na área da sexualidade, proteger os direitos e as garantias dos indivíduos, entre outras.

A legislação educacional brasileira e as Políticas Públicas em Direitos Humanos atuam fundamentando e fomentando as discussões sobre essa temática em sala de aula, entretanto, poucos são os avanços nas escolas em relação ao desenvolvimento de uma metodologia sobre o tema da sexualidade.

Assim, o GDE, curso de extensão universitária para licenciados das diversas áreas, visa desenvolver nos/as profissionais da educação, habilidades e competências indispensáveis para o desenvolvimento de um trabalho de

Educação Sexual voltado para a construção de identidades de gênero e sexual, com a intenção de garantir o direito de viver as identidades de forma livre, segura, sem preconceito ou discriminação.

3 DIVERSIDADE NA ESCOLA

Os diferentes grupos sociais utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos sociais. Ela não é, entretanto, um campo equilibrado de jogo. Através da representação se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares: esse é um campo atravessado por relações de poder. (...) o poder define a forma como se processa a representação; a representação, por sua vez, tem efeitos específicos, ligados, sobretudo, à produção de identidades culturais e sociais, reforçando, assim, as relações de poder. (LOURO, 2010. P. 9)

A sociedade e a escola são constituídas por diferenças. A obra organizada por Richard Miskolci é fundamental para a discussão da diversidade existente no cotidiano escolar. Esta obra apresenta uma pesquisa atualizada para o aperfeiçoamento de professores e para o embasamento necessário à construção de Projetos de Intervenção capazes de diminuir ou erradicar o preconceito em relação às diferenças. Espera-se construir um espaço onde se possa “conviver com pessoas cada vez mais conscientes de seus direitos e ansiosas por acolhimento e respeito” (MISKOLCI, 2010. P. 9).

Nesta obra, Elizabeth Macedo relata que

... as relações entre o currículo escolar e a cultura que constituem a própria ideia Moderna de escola, buscando reinterpretá-la num mundo descrito como marcado pela interação entre culturas. Após apresentar perspectivas universalistas e relativistas, opta por uma abordagem discursiva que define a cultura como espaço de criação de sentidos e a diferença como possibilidade de criação do novo. (MACEDO In: MISKOLCI, 2010. P. 9)

Compreender as culturas presentes nas escolas nos leva a pensar as alternativas para uma educação preocupada com a diferença. A cultura funciona como uma espécie de lugar simbólico em que nos encontramos com os outros e compartilhamos conhecimentos. Consta-se que a diversidade cultural é abordada de forma mais consistente no campo da educação étnica racial do que

no campo da sexualidade, ficando a cargo do Professor de Ciências a explicação ainda muito tímida sobre o tema da sexualidade no campo da biologia, num viés de prevenção à saúde. Se a escola ampliasse os repertórios dos conteúdos nos currículos da escola, ela seria mais inclusiva. Não podemos pensar numa escola realmente inclusiva sem abordar a diversidade cultural. É preciso pensar em alternativas de como articular as culturas presentes na escola com os conteúdos pedagógicos. Surge então um conflito, pois queremos promover e valorizar a liberdade e a Igualdade entre os alunos, mas as regras que ditam as normas de conduta da sociedade são resultantes de um processo hegemônico, que se faz a partir de relações de poder, com a dominação ideológica de um segmento social sobre outro. O que é hegemônico é definido como “normal”, como uma identidade padrão, e não como uma identidade do sujeito.

Só para ilustrar esse discurso hegemônico, um fragmento de um fato ocorrido no Brasil. Em 10/01/2016, o deputado federal Jair Messias Bolsonaro (PP-RJ) publicou em sua página do *Facebook* um vídeo enfatizando os discursos homogeneizadores. Neste vídeo, ele fala de livros que são distribuídos pelo governo nas escolas para ensinar sexo às criancinhas. Faz críticas sem fundamentos aos Programas do governo sobre o tema da sexualidade, fazendo uso de seu preconceito para se promover politicamente. Felizmente, a revista NOVA ESCOLA apurou as informações do vídeo, mostrando, também em vídeo, os equívocos cometidos pelo deputado e expondo os dados corretos.

Existem fantasias e medos diversos relacionados à sexualidade. Muitos acreditam que se falarmos de sexualidade nas escolas estaremos expondo os estudantes ao risco da promiscuidade, pela sua imaturidade. Por isso, a escola acaba por delegar este tema transversal apenas ao professor de biologia. Assim, falamos em diversidade, racismo, sexismo, entretanto, não vivenciamos a sua prática na escola, o que não deixa de ser confortável, pois evitamos alguns conflitos com os pais e com a sociedade. Mas esta atitude reforça o preconceito e os medos relacionados a esses temas.

Normatizar é um processo que hierarquiza as condutas humanas a partir de uma identidade ou experiência tomada como padrão e que concorre para a produção de desigualdades (Silva, 2000, p.21). Esse processo de normatização pode ser associado à noção de hegemonia.

Assim, é importante problematizar os binarismos que implicam em relações de dominação (homem /mulher, negro/não negro, homossexual/heretossexual, alto-não alto...etc.)

Acreditamos em práticas de intervenções eficientes e eficazes que visem relações de Igualdade e diferença no cotidiano escolar. Pode ser um sonho, mas há de chegar o dia em que veremos em nosso país sistemas escolares que irão reconhecer e respeitar as diferenças, quando então as diversidades poderão ser vividas e expressas com dignidade.

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de "marcas" biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente,, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma "marca" definidora da identidade; perguntar, também, quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal marca ou a tal aparência. Pode ocorrer, além disso, que os desejos e as necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência de seu corpo. Weeks (1995) lembra que o corpo é inconstante, que suas necessidades e desejos mudam. O corpo se altera com a passagem do tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida, com possibilidades distintas de prazer ou com novas formas de intervenção médica e tecnológica. Num tempo de AIDS, por exemplo, a preocupação com o exercício do "sexo seguro" vem sugerindo novos modos de encontrar prazer corporal, alterando práticas sexuais ou produzindo outras formas de relacionamento entre os sujeitos. Nesse final de milênio, usando a metáfora do ciborgue cunhada por Donna Harraway (1991), teríamos de admitir que muitas fronteiras foram transgredidas: há agora "potentes fusões e perigosas possibilidades" que tornam problemáticos os dualismos de mente e corpo, animal e máquina, humano e animal. Os corpos não são, pois, tão evidentes como usualmente pensamos. Nem as identidades são uma decorrência direta das "evidências" dos corpos. (LOURO, 2013.P. 8)

Concepções de igualdade e diferença na escola

O Curso Gênero e Diversidade na Escola tem mostrado a que veio, trazer-nos conhecimentos de questões como Cultura, Gênero, sexualidade e raça sugerindo mudanças no cotidiano escolar. Convivemos com textos maravilhosos que nos levaram a reconhecer que convivemos com pessoas cada vez mais conscientes de seus direitos que clamam por acolhimento e respeito sobre suas afetividades, seus desejos e seu querer. E nesses apanhados teóricos contemporâneos, iremos fazer as nossas reflexões e exemplificar como alinhá-los às nossas práticas pedagógicas, porque é esse o objetivo do curso. A escola precisa mudar e a educação necessita avançar, não podemos mais de frente para a nossa realidade escolar, nos envolvermos em buscas de soluções para os conflitos existentes. Este Curso veio consolidar um sonho que é sua aplicação no nosso trabalho como coordenadora da Escola Integral- Programa Mais Educação, veio nos auxiliar na compreensão de questões muito pouco exploradas na área da formação humana da Educação, em busca de um mundo mais justo e com dignidade. E nessa contemporaneidade vamos caminhando sensibilizados para desconstruir discursos homogeneizadores que estão nos alicerces dos preconceitos. E quando se discute cultura como a define como espaço de criação de sentidos e a diferença como a possibilidade de criação do novo, iremos analisar as questões de raça, gênero, sexualidade ou individual ou todos reunidos num só contexto, onde os sujeitos constroem suas identificações

E essas crianças e jovens são tão carentes de conhecimentos sexuais que quando se deparam com o professor que esteja disposto a falar e deixá-las à vontade para tirarem dúvidas, que surgem tantas questões interessantes que conduz o professor para um universo esclarecedor desprovido de quaisquer amarras e preconceitos. Isto aconteceu numa sala do oitavo ano do terceiro ciclo (antiga sétima série), semana passada 21/08, quando veio um palestrante da Secretaria de Contagem/MG, a convite de uma Professora de Biologia, infelizmente, quando o rumo da conversa ultrapassou o limite da Saúde, DST, gravidez na adolescência etc. Porque não era essa proposta do Palestrante, era a ideia da professora, acreditava que estando falando de prevenção o assunto Sexualidade já estaria resolvido, cumpriu o capítulo. O desfecho foi extasiante,

eles estavam abertos a aprender e a palestra virou um projeto com encontros semanais em todo terceiro ciclo do turno da manhã. Esse depoimento foi repassado para nós da Educação Integral que trabalhamos com faixa etária de 07 a 15 anos, que possui outra vertente da escola regular, porque trabalhamos com Oficinas e esses sujeitos direcionam a criarmos no tempo e espaços momentos prazerosos para eles estarem ali. Oficinas que preencham os seus desejos e eles tem mais liberdade de serem eles mesmos. Existe uma divisão no mundo social entre “nós” e “eles”, ele classifica e ordena o mundo em grupos e a mais importante é estruturada em torno de oposições binárias, nas quais um dos termos é sempre o escolhido, recebendo um valor positivo, enquanto o outro é reconhecido de maneira negativa.

Já Mouffe (1996) nos ensina que a relação Igualdade e diferença e a constituição de subordinação a partir da noção de hegemonia. Exemplificando através de um fato acontecido ontem, na Oficina de Percussão que foi relatado por Caun de 8 anos na roda da Oficina do Projeto Vida (Oficina Cidadã) que é o momento de que cada criança e jovens se expor as relações com seus pares e com seus monitores e os colegas escutam, opinam e trocam impressões.

“Caun - O monitor falou comigo: Venha pegar o seu tambor e pare de abraçar o seu colega e abrace uma menina, você é boiola? (Relação de dominação, preconceituosa, homofóbica, criminosa).

Caun (relação de subordinação) deixou o colega e pegou o tambor. Esse relato foi testemunhado por todos da roda, o agente é sujeitado às decisões do outro. Os olhinhos de Caun brilhavam de ressentimento e raiva com um misto de mágoa e dor.

Foi quando a Monitora B solicitou a nossa Intervenção, pedimos desculpas a Caun pelo incidente de ontem, que nós falaríamos com Monitor na próxima semana.

E ele me disse: Fiquei triste e com raiva, mas eu gosto do meu colega e ele é meu amigo... e eu isso pra ele.”

Acredito que estamos no caminho certo, mas com quantas e quantas situações de ignorância teremos de conviver no dia-a-dia escolar?

Encontramos o binarismo, sou menino/menina e não posso abraçar outro menino/menina porque tenho que ser heterossexual / homossexual (poder hegemônico) do mundo social simbólico.

Diversidade e Inclusão entregues em mãos questionáveis, que só estão ali por apadrinhamento político.

No ano de 2010/2011 os GTS de Gênero e Diversidade étnico-racial foram ficando tão sofríveis que era impossível deslocar-se para assisti-los.

Se não tiver investimento nas formações, não há como melhorar a qualidade da educação. Hoje vejo a política da Secretaria da Educação pensando na frente no que se refere à formação dos seus professores, tem que ser acadêmica e eu acredito nessa postura.

Acreditar em práticas de intervenções eficientes e eficazes sobre as práticas da relação da Igualdade e da diferença no cotidiano escolar.

É sonho, talvez seja, há de chegar o dia em que veremos em nosso país sistemas escolares que irão reconhecer diferenças sim, porém Iguais, onde a diversidades possam serem vividas e expressas com dignidade.

A partir do conceito de normatização que descreve como a diversidade é pensada nas políticas públicas de Contagem /MG e da nossa escola é dizer que falta muito para alcançar um patamar minimamente desejado.

Normalizar é um processo que hierarquiza as condutas humanas a partir de uma identidade ou experiência tomada como Padrão e que concorre para a produção de desigualdades. (Silva. P. 21). Processo de normatização que pode ser associado a noção de hegemonia.

A nossa escola e a cidade (Contagem-MG) não estão alheias as desigualdades, mas deixam a desejar na eficiência e na eficácia como os processos de intervenções no interior das escolas.

Quando Nilma Lino (2007) refere-se ao discurso romântico que está no imaginário nacional ela nos convida a avançar nas concepções românticas sobre a diversidade cultural presentes nas práticas pedagógicas e nos currículos, no P.P.P. da escola, institucionalizá-las, e não como é tratado pela L.D.B. como temas transversais , é colocá-las no status de comemorações e feiras culturais e datas históricas.

É muito confortável para a escola e corpo docente. Não se fala em Educação Racial como conhecimento das Ações afirmativas , o conhecimento do conteúdo não é dado . O poder público acredita que esta em dia com seu papel, possui uma secretaria de Diversidade e Inclusão, entregam em mãos questionáveis, que só estão ali por apadrinhamento político, e nessa dança das cadeiras lá vamos nós.

4 A HOMOFOBIA NA ESCOLA E O BULLING

Segundo Severo, não podemos deixar que a dor, causada por preconceitos, aconteça com nossas crianças e jovens. Ele descreve, para o caso de orientação sexual:

“...Por mais que o gênero pareça ser componente fundamental de nossas identidades, sejam elas “homo” ou “hétero” nós somos mais do que nossos gostos sexuais. (Severo, Oliveira. p. 36).”

De acordo com Louro, 2013,

“a identidade do sujeito não é o que permite diferenciá-lo dos demais, e sim o que permite reunir-se aos demais pela semelhança: ela representa menos um conjunto de traços distintivos e mais um conjunto de traços comuns.”

A escola, em sua função social e como um espaço democrático, tem como dever oportunizar discussões sobre a diversidade, possibilitando o desenvolvimento do pensamento crítico.

Segundo Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934), a criança é um ser social cujo processo de desenvolvimento depende do contexto social histórico em que vive. A partir da compreensão sobre as diferenças culturais, corporais e sexuais, culturalmente se cria na sociedade ideias e valores sobre o que é ser humano:

(...) “As experiências e as histórias são diversificadas e não podem ser sintetizadas num processo singular, marcado por etapas ou fases comuns a todos os indivíduos. Cada sujeito é, ao mesmo tempo muitas “coisas”, tem muitas identidades: de classe, etnia, de religião, de geração, de gênero, etc., e os modos como se articulam essas identidades também são múltiplos.” (Louro. 2010, p. 35).

Se formos estabelecer um olhar crítico sobre o cotidiano escolar, veremos que existem práticas reformadas e mais sutis de discriminação que são constantemente exercidas. Não há como negar que as nossas escolas são pouco acolhedoras para todos aqueles e todas aquelas que não se ajustam aos padrões ditos normais.

Diante disso, fundamenta-se a importância desse estudo para melhorar as relações dentro da escola no que diz respeito à diversidade, evitando situações

conflituosas, que causam dor e angústia, como o chamado “*bullying*”. O estrago social, afetivo e/ou moral das crianças e jovens, quando são vítimas de atitudes preconceituosas, é profundo.

Tais comportamentos no recinto escolar tornam a convivência humana em sua diversidade quase impossível, porque as vítimas, em sua maioria, são segregadas, submetidas a processos sociais marginais.

Conceito e tipos Bullying

No livro “Bullying mais sério que se imagina”, publicado pela editora da PUC-RS, o autor Pedrinho Guareschi (2008) nos diz que,

Bullying deriva da palavra inglesa bully, que, enquanto substantivo, significa valentão, tirano e como o verbo brutalizar, tiranizar, amedrontar. Como prática, o termo significa formas de agressões intencionais e refletidas adotadas sem motivação evidente e direcionadas aos outros. Compreende, pois, toda e qualquer forma de atitude agressiva executada dentro de uma relação desigual de poder, sendo o desequilíbrio de poder presente nessa relação uma característica essencial, que torna possível a intimidação da vítima [...] o bullying pode se manifestar de quatro formas diferentes: verbal, físico, psicológico e como cyberbullying. (Guareschi, 2008, p.17).

Ao pesquisar o fenômeno denominado bullying, buscamos sua origem na história. A análise da obra de Pedrinho A. Guareschi (2008) foi relevante para fazer uma leitura dos preconceitos que emergem no cotidiano escolar, situá-los historicamente e compreendê-los segundo a teoria da Psicologia Social. Ele descreve de forma clara o surgimento das Ciências que tinham como meta encontrar respostas diferentes para a angústia humana. O autor recorre à segunda guerra mundial chegando até aos tempos atuais. Ele supõe que a violência, por ter raiz no individualismo, é reforçada na época atual, quando o mundo está mais descartável.

Segundo Guareschi (2008), o comportamento do bullying pode ser classificado como direto e indireto, sendo que ambos são prejudiciais à vítima. O bullying direto ocorre quando as vítimas são acatadas diretamente, por práticas

imediatas, através de apelidos, agressões físicas, ameaças, roubos, ofensas. O bullying indireto ocorre de forma camuflada, quando as vítimas estão ausentes e os autores criam situações de divisão de discórdia, indiferença, agindo através da fofoca, manipulação de amigos, mentiras difamadoras e discriminação, com o propósito de excluir a vítima de seu grupo social. Ele é mais comum entre as meninas. O autor faz a seguinte classificação:

Bullying verbal: insultar, falar mal, apelidar, ofender.

Físico e material: bater, chutar, espancar, empurrar, ferir.

Psicológico e moral: irritar, humilhar, excluir.

Sexual: Abusar, violentar, assediar, insinuar.

Virtual (Ciberbullying): Internet, via celular, blogs, email, perfil falso, twitter.

É possível perceber que as diferentes formas de bullying podem fazer parte do cotidiano escolar. Os seus efeitos são bastante nefastos para os sujeitos. Todos esses tipos implicam numa intolerância com relação à diferença, o que mostra a importância de se fazer um trabalho com os jovens voltado para o respeito e a valorização das diferenças.

Definir o significado de bullying, listar quais tipos de bullying acontecem no cotidiano escolar, discutir estratégias de ações mediadoras e construir um plano de ação é a ideia dessa pesquisa e baseia-se inicialmente na análise bibliográfica para conceituar bullying e diversidade.

Professores que pretendam ser críticos não podem se permitir a permanecer numa posição de ignorância ou de desatenção. A escola é um espaço importante na produção de identidades sociais. "(...) isto equivale a dizer que o sujeito se constitui socialmente, ou seja, é forjado através das relações sociais" (Saffioli, 2004, p.35).

Consequências do Bullying

Quem nunca ganhou um apelido na escola? Ou melhor, quem nunca foi vítima de brincadeiras de mau gosto? As ofensas estão presentes em qualquer

escola e apelidos estão se tornando cada vez mais um problema e precisam ser solucionados. As brincadeiras de mau gosto prejudicam e dificultam os alunos no seu aprendizado, ou os faz desistir de estudar.

É necessário combater qualquer forma de ofensas entre os estudantes, evitar transtornos futuros nas vidas de tais indivíduos.

Os pais precisam estar atentos ao comportamento do filho, principalmente quando resolve se isolar e também no baixo rendimento escolar. Quando isso for constatado devem procurar a escola e juntamente com os professores estabelecer um diálogo para resolver esse problema. Precisamos estar juntos para combater essa prática tão desumana e humilhante que constrange e machuca muitos os estudantes. O bullying é uma ofensa e não deve ser tolerado pelas escolas, ele pode mudar para pior a vida de uma pessoa.

Quando abordamos o fenômeno bullying, é importante para este trabalho trazer a questão de uma educação que leve em conta o debate e a inserção de temas como a homossexualidade, pois trazer a diversidade para dentro da escola é imprescindível no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos humanos.

Cabe à escola o papel de acompanhar e orientar tudo que diz respeito ao tema, pautando-se na diversidade, pluralidade, por uma educação emancipatória.

Sabemos que uma formação não se dá apenas no conhecimento das disciplinas obrigatórias que por vezes acaba por cristalizar ainda mais a concepção preconceituosa que parte dos estudantes tem construído sobre a questão LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais e, transexuais).

O Brasil é um país que por um lado tem um número recorde de participantes em paradas gays, mas amarga o lado negativo de ter um dos mais altos índices de violência homofóbica do mundo, superando países islâmicos, onde existe a condenação para atos homossexuais.

O bullying é uma das violências da qual a criança e o adolescente são as vítimas principais devido as suas características sexuais.

A linguagem é uma questão muito importante dentro dessa conjuntura em que se encontra a escola e o bullying, pois a criança acaba ouvindo e reproduzindo termos pejorativos como “*sapatão*” e “*viado*”, sejam através da família, amigos (as) de escola, mídia, vizinhos etc. Esses comportamentos nada mais é que homofobia.

O professor pode ser um agente de combate ao bullying, pois na escola deverá ter um posicionamento firme contra o preconceito. Em contrapartida nem sempre a homossexualidade é vista com bons olhos em casa, e o estudante acabará por repudiar e tomar o assunto como algo abominável espelhando-se na opinião dos pais. A masculinidade se constrói e se afirma contra a homossexualidade, o que se concentra sempre uma violência prestes a explodir na forma do bullying.

Pois se é dito com tanta ênfase, ou até mesmo na entonação de voz deixando claro que se trata de algo ruim, ou gesto ao se repudiar alguém inferindo injúrias como “mulherzinha” e “machinho” acaba deixando uma lacuna aberta para que este repúdio e a injúria se reproduzam com facilidade. Assim sendo, dentro das práticas sociais o menino é preparado a se portar como um homem viril, com a sensibilidade aparada, e as meninas tratadas como mocinhas delicadas, e submissas.

Podemos afirmar que o bullying está intrinsecamente associado à prática da homofobia. Cabe às escolas e comunidade escolar em geral se voltarem mais para este assunto, já que a homossexualidade não é tratada na escola como se deve – isso quando é colocado em pauta.

Os professores parecem preferir pensar que as tendências homossexuais das crianças irão desaparecer quando estas forem crescendo e creditar ao bullying, tais atitudes, e por isto atribuem as agressões a outros fatores, e ignoram o verdadeiro motivo de perseguições, humilhações e homofobia etc. E questionamos a não promulgação da Lei contra a Homofobia, sua criminalização.

Acreditamos que agora com a Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, mais ações serão implementadas neste sentido. Esta Lei institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no **caput** do art. 1º:

- I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (**bullying**) em toda a sociedade;
- II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;
- IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (**bullying**), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (**bullying**).

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (**bullying**) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial.

Apenas quando a sociedade se mobilizar em prol da cooperação de todos e que iremos modificar o quadro de violência que encontramos em nossas escolas e sociedade.

O Bullying Homofóbico

Todo tipo de Bullying é a realização de atitudes que envolvem a agressão verbal ou física, feita de modo repetido e intencional, causando assim dor e angústia a quem o sofre. O objetivo do agressor é na maioria das vezes, intimidar, ofender e humilhar outra pessoa sem dar a ela a possibilidade ou capacidade de se defender.

O bullying homossexual envolve tudo isso, mas o principal foco das ofensas é a possível ou aparente sexualidade, mais afirmamos é homofobia é violência é preconceito. A Educação usa o bullying como termo a essas atitudes ,a pessoa não precisa ser gay pra sofrer bullying homofóbico. Basta que o menino não seja como os “machões” da sua turma, ou mesmo que ninguém tenha ficado sabendo de algum envolvimento afetivo de alguma das meninas da sala. Em um ambiente escolar, praticamente tudo é motivo pra bullying, só que o bullying homofóbico (assim como o racista) vai além: é um ato preconceituoso e criminoso.

Homofobia é o termo usado para chamar qualquer tipo de discriminação e/ou aversão aos homossexuais, assim, o bullying homofóbico caracteriza-se sim em um ato de homofobia, mesmo que seja cometido por crianças ou adolescentes.

Acreditamos que a principal causa da existência do bullying homossexual é o preconceito que, ainda está enraizado em grande parte da nossa sociedade e que é praticamente passado de pai pra filho, junto com o que ainda resta da “cultura” de sociedade patriarcal, uma pedagogia da sexualidade. Assim, a criança que é criada de forma a ser contra a homossexualidade ou a qualquer tipo de diferença pode, por acreditar que isso é o certo, influenciar outros a fazerem parte das agressões.

Assim que a violência verbal tem início, ela vai se agravando pouco a pouco e começa a se refletir no comportamento do estudante, que pode se tornar mais retraído, ficar menos sociável e mais triste, apresentar medo, além de alguns sintomas que podem ser notados em casa, como mudança de comportamento, pesadelos e medo ou aversão à escola. As vítimas também são mais propensas realizar automutilação, cometer suicídio e iniciar atividades perigosas à sua saúde, além de influenciar gravemente no desempenho escolar e aumentar a taxa de evasão.

Outro ponto agravante do bullying homossexual é o silêncio da vítima, principalmente em casa. Isso acontece porque muitos estudantes ainda não se assumiram pra família ou talvez não possam contar com o apoio da família, que normalmente deveria protegê-los. Assim, as agressões se tornam uma verdadeira tortura psicológica e/ou física, sem ter um fim.

Num primeiro momento, podemos afirmar a formação docente que chega a escola com visões e ações heteronormativas e com uma cegueira aos fatos. Daí é mais prático silenciar. Logo a seguir os materiais pedagógicos, onde o correto é a família heteronormativa, não se refere a vários tipos de famílias.

A seguir a estrutura curricular, não se refere à realidade em que vivemos. As marcações de não existem outros gêneros a não ser feminino e masculino. As outras personalidades são invisíveis.

Temos que naturalizar as normas de gêneros. Essa invisibilidade da norma acontece porque ao exercer-se continuamente, uma norma acaba por silenciar-se e naturalizar-se, ou seja, perde o ser, algo natural, temos que abordar essas diversas formas de SER, de viver, e de expressar a sexualidade.

PRADO e DINIZ (2011) afirmam que as instituições revelam espaços de produção, reprodução e atualização de todo um conjunto de disposições. (discursos, valores e práticas), por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como uma possibilidade legítima de expressão sexual e de gênero.

Máximo Prado, diz que classismo, sexismo e homofobia entre outros fenômenos discriminatórios, não só fazem parte do nosso cotidiano, como fornecem ritmos e cadências às nossas instituições escolares.

Vários autores afirmam que Homofobia é uma afirmação de sexismo. PRADO completa que é uma expressão da violência de gênero e continua que os tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante em praticamente todas as fases da vida de criança, jovens e adultos, que são identificados como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais - genericamente, pessoas vistas como “não heterossexuais”.(PRADO- pg 54)

“Essas pessoas veem-se desde cedo na mira de uma pedagogia da sexualidade”. (LOURO, 1999), que traduz em outras coisas em uma “pedagogia do insulto”, por meio de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos e insinuações, expressões desqualificantes, etc. Tais brincadeiras constituem poderosos mecanismos de objetivação, silenciamento, dominação simbólica, normalização, marginalização e exclusão.

Entender o termo Homofobia como um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação aos homossexuais. Implica limitar a compreensão do fenômeno e pensar o seu enfrentamento somente base em medidas voltadas a minimizar os efeitos de sentimentos e atitudes de indivíduos ou grupos homofóbicos.

Necessitamos praticar esses enfrentamentos a luz das nossas práticas pedagógicas, utilizando instrumentos em atividades que permeiam os assuntos de maneira formativa onde na literatura existem várias formas de abordagens.

Os assuntos estão nas revistas, nas novelas, no cotidiano das pessoas, não podemos fechar os olhos e nem silenciarmos diante da nossa realidade.

Socializando com os nossos estudantes, abrindo as rodas de conversas, o conhecimento e reconhecimento do comportamento humano de forma natural é o que interessa.

A homofobia é inconcebível sem que seja levada em consideração a ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais entre os sexos e as sexualidades. A origem da justificativa social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher encontra-se na naturalização da diferença entre os dois sexos: a ordem (chamada "natural") dos sexos determina uma ordem social em que o feminino deve ser complementar do masculino pelo viés de sua subordinação psicológica e cultural. O sexismo define-se, desde então, como ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia a intimidade e a tudo o que se refere á vida doméstica. A dominação masculina identifica-se com essa forma específica de violência simbólica que se exerce, de maneira sutil e invisível, precisamente porque ela é apresentada pelo dominador e aceita pelo dominado como natural, inevitável e necessária. O sexismo caracteriza-se por uma constante objetivação da mulher. (BORRILLO, 2010. P. 30)

5 MEDIAÇÃO DO PROFESSOR

A competência do equipe escolar é escutar, observar, ecoar e clarificar os fatos para, com imparcialidade, ajudar na solução dos conflitos. Sem ter o poder da ação de disciplinar mas sim de buscar caminhos que facilitem a convivência e a busca da resiliência entre os estudantes.

Cabe a equipe escolar contribuir na construção de diálogos e acordos nas situações cotidianas, que envolvam disputas, relacionamentos interpessoais, conflitos, situações que pareçam injustas e que envolvam duas pessoas concretas, problemas entre membros da comunidade educativa.

Desde o lançamento das políticas governamentais brasileiras, a partir da década de 1990, houve um fortalecimento do discurso e de propostas com a intenção de garantir educação para todos, de acordo com os compromissos firmados na Constituição Federal de 1988 (CF/88): erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Com isso aumenta o acesso das crianças brasileiras à escola e cresce as diversidades nas salas de aula. Reúnem-se crianças de diferentes classes, regiões, culturas, crenças, gêneros, sexualidade... Elas respondem de modos distintos a conteúdos, objetivos e exigências — planejados para serem iguais para todos. O desafio é não mascarar essas diferenças, mas valer-se delas para enriquecer o aprendizado e a vivência do grupo. A diversidade é condição da natureza humana e está sempre presente em qualquer abordagem pedagógica.

Ainda estamos aprendendo a conviver e trabalhar com a diversidade, com as experiências vividas já sabemos que o caminho é refletir em grupo, partilhar, buscar se compreender. Precisamos ainda ter a consciência de encontrar um equilíbrio entre objetivos comuns e necessidades pessoais de cada estudante. Para tal é preciso saber até que ponto todos os envolvidos, da equipe escolar aos pais de alunos, estão de acordo em aceitar que cada estudante tem direito a um

ensino adaptado, na maior medida possível, a suas possibilidades e limitações. Esses são aspectos individuais que enriquecem a convivência coletiva. A você cabe ter sensibilidade para detectá-las e lidar com elas sem transformá-las em estigmas.

Para lidar com a diversidade é essencial:

- Estabelecer a parceria entre escola e família;
- definir o que é comum a todos e o que é particular em cada aluno;
- criar diferentes ambientes de aprendizagem;
- conhecer as particularidades dos alunos para estimular o interesse de cada um;
- diversificar o material didático;
- acompanhar a aprendizagem de cada estudante;
- refletir e trocar informações e opiniões com outros professores;
- não tentar mascarar nem destacar em excesso as diferenças dentro da turma.

Como este trabalho tem por tema homofobia precisamos lembrar que o grande problema com o controle efetivo do bullying homofóbico é a falta de conhecimento sobre o assunto e até mesmo o preconceito nutrido pelo próprio professor e a utilização de um termo que perpassa por vários campos de intolerância, que a Educação classifica como bullying, mas para os estudiosos nada mais é que homofobia pura, violência contra seu semelhante. É comum ouvir relatos sobre professores que simplesmente ignoram o que está acontecendo.

O que não se aprende em casa é dever do professor tentar ensinar. Assim, ao contrário do que muitos acreditam, o papel do professor é extremamente importante na ruptura das agressões e na manutenção do respeito dentro e fora da sala de aula. Trazer a diversidade para dentro da escola e fazê-la ser respeitada é indispensável à manutenção dos direitos humanos.

Um grande tipo de desrespeito com os estudantes LGBT são atitudes sem intenção promovidas culturalmente pelas escolas que quase nunca pensam na possibilidade de ter uma pessoa homossexual nesse convívio, assim, não tornam suas explicações ou ações adequadas a elas de uma forma inclusiva. Podemos citar como exemplo a organização que existe em muitas escolas, onde meninas são separadas dos meninos nas aulas de educação física e só podem realizar alguns tipos de atividades: menina não joga futebol e menino não joga vôlei, ou quando pintam os banheiros rosa para as meninas e azul para os meninos, entre outras.

“Nem mesmo o corpo (...) pode servir como indicador definitivo e conclusivo de identidades. O corpo também escapa, ele é maleável, pode falar mil línguas, ter muitos significados (...) ele engana e ilude.” (LOURO. 2013)

Corpos não seguem regras de vestimentas e trejeitos traçados pelo pertencimento a um determinado sexo. Sexo / gênero é uma marcação a partir da qual alguém se subjetiva permanentemente. Articula-se a uma série de outras marcas.

Quando trazemos o tema para o cotidiano escolar, podemos afirmar que diversos mecanismos e estratégias estão presentes na nossa rotina que reforçam as desigualdades de gêneros.

A escola alavanca sua ação em uma educação ampla, formadora de sujeitos responsáveis - conscientes do seu papel; participativos, comprometidos e comprometidos com a realidade, preocupados em adquirir e compartilhar conhecimentos e vivências; capazes de se ajustarem a situações novas, elaborando juízos e julgamentos para a tomada de decisões diante do mundo em constantes mudanças.

Dessa forma contribuímos para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humanística, onde o cidadão tenha mais dignidade e qualidade de vida, podendo se apossar da tecnologia do mundo atual e futuro, tendo como referencial o respeito a si mesmo e ao outro, bem como as diferenças de qualquer ordem.

Acreditamos que podemos utilizar um sistema de conselho voluntariado, funcionando na própria escola, nos dias de escola aberta, oportunizando momentos de conscientização e conhecimentos de maneira lúdica e educativa. Conseguiremos divulgar as medidas legais de proteção, bem como as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes.

Objetivamos abordar temas de acordo com a demanda e observação. Partindo de um tema por encontro, com duração flexível, com a temática desenvolvida em forma de dinâmicas, através de dramatizações, contação de histórias, vídeos, cinema na escola, entre outros, para não desestimular os participantes. Sendo de responsabilidade de a comissão planejar e divulgar os encontros de maneira atrativa, fazendo com que os presentes voltem e tragam outros participantes para novos encontros.

Temos consciência de que precisamos colocar estas propostas em prática e conquistar membros para a comissão escolar de divulgação das medidas legais de proteção e as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, pois pudemos perceber a importância da participação de toda a comunidade para o bom funcionamento e desenvolvimento das atividades que se pretende realizar, reaquecendo os valores e a cultura popular de origem desta comunidade, trazendo a sua memória os valores e a dignidade de famílias trabalhadoras como exemplo e em contrapartida, reagindo aos valores e cultura impostos pela mídia e elites que teimam em manter o povo na miséria, no desemprego ou subemprego para seus interesses próprios.

Esta não é uma tarefa fácil, mas juntos, com a criação de uma rede de proteção à criança e ao adolescente, estaremos construindo e reconstruindo ações na tentativa de neutralizar as diversas formas de violência que desumanizam nossos jovens e adolescentes, bem como a nós mesmos.

5 DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independente de tratar-se de uma escolha de vida sexual ou de uma questão de característica estrutural do desejo erótico por pessoas do mesmo sexo, a homossexualidade deve ser considerada, de agora em diante, como uma forma de sexualidade tão legítima quanto a heterossexualidade. Na realidade ela é apenas a simples manifestação do pluralismo sexual, uma variante constante e regular da sexualidade humana. Enquanto atos consentidos entre adultos, os comportamentos homoeróticos são protegidos – pelo menos, na França – como qualquer outra manifestação da vida privada. (BORRILLO, 2010. P. 14)

Concluimos que é preciso ampliar as discussões sobre gênero e sexualidade em todos os espaços, bem como no espaço escolar, que é o foco de nosso trabalho. Essas discussões feitas no espaço escolar podem ajudar na prevenção e rompimento das práticas preconceituosas, tal como, no caso em questão, a homofobia..

A Dra. Adla Betsaida Martins Teixeira diz no prefácio do livro de Rafael Adriano de Oliveira Severo (2013, página 13): “A homofobia não se restringe ao sofrimento dos homossexuais, mas é perversa e potencializa e alimenta outras violências contra homens, mulheres e crianças.”

Discutir as políticas públicas inclusivas, a diversidade cultural, lutar para a criminalização da homofobia, as bases dos preconceitos e das segregações, conceituar e diferenciar os tipos de bullying que acontecem no cotidiano escolar foram os temas desse trabalho, que se baseia fundamentalmente na análise bibliográfica e que tem como apoio o trabalho de roda de conversa desenvolvido com adolescentes nas escolas. Pretendemos, com este estudo, dar suporte a um plano de ação futuro para a prevenção e a mediação do bullying homofóbico.

Professores devem ser críticos, e, portanto, não podem permanecer numa posição de desatenção com relação ao contexto social. A escola é um espaço importante na produção de identidades sociais, “(...) isto equivale dizer que o sujeito se constitui socialmente, ou seja, é forjado através das relações sociais” (Saffioli, 2004, p.35).

Afinal, como abordar a questão na Escola? A educação de qualidade precisa criar oportunidades de discussão sobre a diversidade, ou seja, práticas educativas que nos levem – docentes e discentes – a aprender a conviver e a respeitar as diferenças.

As relações sociais hoje estão fragmentadas, há uma falta de convivência íntima entre as pessoas, os pais trabalham muito fora de casa para dar uma vida melhor aos filhos, é difícil uma família se reunir para o almoço ou jantar, a correria tomou conta de nossas vidas, o que acarreta uma falta de diálogo entre pais e filhos. Guareschi conclui, “uma escola deve ser pautada pelas relações, educar, cidadãos para serem seres de relações, mas não uma relação de poder e sim uma relação que faça crescer o aluno como um verdadeiro (a) homem e mulher capaz de respeitar as diferenças” (Guareschi, 2008).

É importante ressaltar que a homofobia não ocorre só na escola. Ele pode acontecer em casa, entre vizinhos, no condomínio, no prédio onde a criança mora ou em qualquer outro local que ela frequente.

Diante disso estamos enfrentando a grande necessidade de tornar todos os profissionais de educação, e não só os professores, entendedores de todos os temas que envolvem a questão de identidade de gênero, de orientação sexual e de tudo que isso envolve, além da necessidade de inclusão do tema nos livros didáticos e a promulgação da LEI que criminaliza a homofobia. Ainda podemos colocar aqui o fato de que muitos professores certamente enfrentam o medo de denunciar, impedir o bullying ou de trabalhar a temática da diversidade em sala e serem, por isso, julgados como homossexuais em seu local de trabalho, o que também geraria discriminação e homofobia contra eles.

Felizmente, a escola é soberana no seu PPP (Projeto Político Pedagógico), e em seu currículo aprovado em colegiado e em conselho escolar. Assim, ela pode considerar a Diversidade como um tema importante e necessário para os alunos.

Enfim, é preciso que pais, professores e outros profissionais trabalhem as relações no ambiente escolar e familiar. Como dizia José Dadrino, o chamado Profeta Gentileza, que se tornou conhecido a partir de 1980, por fazer inscrições peculiares em um viaduto no Rio de Janeiro, “Gentileza gera gentileza”. E essa

gentileza é uma grande aliada para se trabalhar as relações na escola. A gentileza passa pelo bom dia ou por um simples “oi”, e alcança diversas atividades e comportamentos sociais que mostrem respeito ao outro em sua diferença. É preciso mostrar aos jovens que somos diferentes, que alguém pode ser ótimo em Esporte e ruim em Português, e que cada um pode ajudar o outro naquilo que sabe fazer melhor.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Políticas educacionais, Igualdade e diferenças**. 2011

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história crítica de um preconceito**. BH: Autentica Editora. 2010

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: DF. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diversidade na escola: formação de professores/as em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Brasília: DF. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Rio de Janeiro; 1997. 164p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretoria de Educação Integral, Direitos humanos e Cidadania. **Programa Mais Educação – Passo-a-passo**. Brasília: DF. 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, v.1 A vontade de saber**. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, N.L. **Diversidade e currículo em: Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo**. p. 17-47. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica. 2007

GUARESCHI, Pedrinho A. (org). **Bullying mais sério do que se imagina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 99p.

<https://www.facebook.com/JairBolsonaro1955/> (15/01/2016)

<https://www.youtube.com/watch?v=IMPI25oraVc&feature=youtu.be> BBC | Stephen Fry: Out There | Episode 1 (15/01/2016)

<https://www.youtube.com/watch?v=rpUnNyE8ztU> (15/01/2016) CHECAGEM DE INFORMAÇÃO – Revista Nova Escola

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm (em 04/02/2016) LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e Sexualidade**- Porto Alegre: Porto, 2000. p.37.

LOURO, Guacira Lopes – (org). **O Corpo Educado – Pedagogias da Sexualidade**. Editora Autêntica- BH, 2013.

MISKOLCI, Richard–(org). **Marcas da diferença no cotidiano escolar**. São Carlos: EdUFSCar. 2010.

PRADO, Marco Aurélio M.; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Homofobia, hierarquização e humilhação social*. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs). *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p.51-71.

SEVERO, Rafael Adriano de Oliveira. *Gênero e Sexualidade. Grupos de Discussão como possibilidade Formativa*. SP. Jundiaí. Paco Editorial. 2013.

SILVA, Conceição F. S.. **A Escola e as Relações de Igualdade e Diferença**. 2014. (disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a02.pdf>).